



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado

Despacho

Assunto: DECISÃO OGE/LAI nº 175/2020

Número de referência: PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual da Fazenda e Planejamento

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicitação de acesso a pareceres, memorandos, notas técnicas e demais documentos relacionados a elaboração do projeto de lei enviado à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e que tratou do sistema eletrônico de compras do Governo do Estado de São Paulo, autorizando a criação de nova sociedade por ações. O pedido abrange a íntegra do processo formalmente constituído na Pasta para tratar do tema, atas de reuniões bem como manifestações da Procuradoria Geral do Estado acerca da proposta. Também foram solicitadas as minutas com versões preliminares da proposta até a redação final enviada ao Gabinete do Governador do Estado. Adequado atendimento da demanda. Cobrança permitida pela LAI Provimento negado.

DECISÃO OGE/LAI nº 175/2020

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria Estadual da Fazenda e Planejamento, número SIC em epígrafe, para acesso a pareceres, memorandos, notas técnicas e demais documentos relacionados a elaboração do projeto de lei enviado à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e que tratou do sistema eletrônico de compras do Governo do Estado de São Paulo, autorizando a criação de nova sociedade por ações. O pedido abrange a íntegra do processo formalmente constituído na Pasta para tratar do tema, atas de reuniões bem como manifestações da Procuradoria Geral do Estado acerca da proposta. Também foram solicitadas as minutas com versões preliminares da proposta até a redação final enviada ao Gabinete do Governador do Estado.
2. Em resposta e recurso, o ente respondeu ao pedido, informando que, para acesso à cópia digitalizada do processo, seria necessário o ressarcimento ao erário, de acordo com as normativas vigentes no Estado de São Paulo. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional, cabível a esta Ouvidoria Geral conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. No caso concreto em análise, verifica-se que o ente procedeu corretamente, informando o caminho a ser percorrido e a fundamentação legal para a cobrança.

Classif. documental	006.03.02.001
---------------------	---------------



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado

4. A Lei de Acesso à Informação - Lei nº 12.527/2011, em seu art. 12, preconiza que o serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados. Tal dispositivo legal foi repetido na regulamentação do Estado de São Paulo no artigo 16 do Decreto nº 58.052/2012, complementando que o valor seria fixado por ato do Chefe do Executivo.
5. O ato em questão é a Lei estadual nº 15.266/2013, que no seu artigo 48 determina que é facultada aos órgãos administrativos a fixação de preços públicos relativos à prestação de serviços de apoio, não relacionados ao seu objetivo essencial. E a Secretaria da Fazenda e Planejamento tem estes preços fixados na Resolução SF 24, de 26/03/2014.
6. À vista do exposto, tendo o ente atendido adequadamente ao procedimento do pedido de informações, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego seu provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, II e § 4º c/c artigo 22 da Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 11 de agosto de 2020.

Vera Wolff Bava
Ouvidora Geral do Estado
Ouvidoria Geral do Estado